

Sangria de recursos chegaria a US\$ 15 bi

RIO — Se o Brasil pagasse em dia todos os compromissos externos devidos em 1990, haveria uma transferência líquida negativa (diferença entre a entrada de recursos e os pagamentos ao Exterior) de US\$ 15 bilhões, somente no que diz respeito a juros e amortizações, disse ontem, no Rio, o embaixador extraordinário para assuntos de dívida externa, Jório Dauster. Deste total, o País deverá pagar este ano, um montante superior a US\$ 1 bilhão, referentes a encargos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) — US\$ 950 milhões —, com o Banco Mundial (Bird) — US\$ 1,2 bilhão —, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (Bid) — US\$ 220 milhões — e mais US\$ 1 bilhão para o pagamento de bônus e outros instrumentos da dívida externa, além de uma parte de encargos com o Clube de Paris, relativa a empréstimos assumidos após março de 1983.

O pagamento a bancos comerciais — temporariamente suspenso — consumiria US\$ 8,4 bilhões em 1990 e o devido a agências governamentais absorveria US\$ 3,3 bilhões (já incluída a parcela que será efetivamente paga este ano). O estoque da dívida com as agências governamentais ligadas

ao Clube de Paris chega a algo em torno de US\$ 15 bilhões a US\$ 20 bilhões. Jório Dauster, que citou dados do Banco Central, disse ainda não há estimativas de quando o Brasil poderia voltar a pagar o que deve aos bancos comerciais e preferiu não comentar as declarações da ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, de que o Brasil não poderá pagar mais de US\$ 1 bilhão em juros da dívida externa este ano. Segundo ele, esses números ainda não estavam fechados quando ele deixou Brasília, anteontem, para vir ao Rio.

Dauster reiterou que a recente reclassificação dos empréstimos dados pelos bancos norte-americanos ao Brasil, o que deixou o País na condição de "devedor de risco", não traz maiores efeitos práticos, a não ser para os próprios bancos dos EUA, que aumentarão seu contingente de reservas. A medida, segundo ele, não alcança as linhas de curto prazo. Nas conversas de bastidores com representantes dos bancos credores, disse o embaixador, existem uma tendência à aceitação de reduzir o montante da dívida externa, tal como foi feito no caso do México, Venezuela, Filipinas e Costa Rica.